

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Paulo Pinto/Agência Brasil



Não aceitar o resultado eleitoral é o primeiro risco

A lealdade à democracia e a nossa tragédia

Autores de Como as Democracias Morrem, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt retornaram com Como Salvar a Democracia, livro igualmente fundamental para entender os complicados tempos em que vivemos, no planeta inteiro. No nosso caso específico, ajuda a acender luzes sobre nossa tragédia particular. E não apenas no prefácio específico que escreveram

para a edição brasileira, sobre o qual já falamos por aqui. Mas em toda a extensão da obra. Leitura durante esse período de férias, me socorro do livro para avaliar questões que emergiram depois da divulgação do impactante inquérito da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe no país, que imputa responsabilidade direta ao ex-presidente Jair Bolsonaro e outros.

Brasil

No prefácio à edição brasileira, naturalmente escrito antes que o relatório da PF fosse conhecido, Levitsky e Ziblatt avaliam que o meio político do Brasil teria se saído melhor na defesa da democracia que o dos Estados Unidos, especialmente com relação ao Partido Republicano.

Semileais

Talvez tenha havido aí certa precipitação. Os autores apontam muito no segundo livro para o papel dos que são “semileais” à democracia. Aqueles que não apoiam declaradamente a ruína da democracia, mas também nada fazem, ou pouco fazem, para defendê-la.

Antonio Cruz/Agência Brasil



Contestação da derrota por Aécio foi primeiro esboço

Colapso começa quando não se reconhece a derrota

Levitsky e Ziblatt apontam no livro para a existência de alguns compromissos básicos que precisam ser mantidos quando se é democrata. E um deles é o reconhecimento da derrota. Em democracias saudáveis, os grupos reconhecem quando não vencem, e procuram compreender as razões dessa derrota.

Quando assim não agem, contestando as regras que até então sempre aceitaram somente porque ela deixou de favorecê-los abrem espaço para a ruína da democracia. É também aí que está a origem dos riscos brasileiros. Quando o PSDB contestou a vitória de Dilma Rousseff em 2014, primeiro esboço que radicalizou.

Violência

O segundo ponto que leva à ruína democrática é quando se começa a admitir o uso da violência. Nos EUA, levou à invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021. Aqui, à invasão dos prédios dos três poderes em 8 de janeiro de 2023. O próximo passo é a não condenação.

Risco

“O comportamento semi-leal quase sempre parece benigno”, escrevem. “Finalmente, costuma ser adotado por políticos (...) que não participaram diretamente de qualquer ataque (...) à democracia”. Mas alertam: “Trata-se, no entanto, de uma percepção profundamente equivocada”.

Pano

Os republicanos passaram pano quanto às responsabilidades pelo 6 de janeiro. Não permitiram uma investigação mais aprofundada. Por aqui, hoje se cobra dos partidos que fazem oposição ao atual governo uma posição mais clara sobre o relatório da PF.

Conveniência

“A história nos ensina que quando políticos tradicionais tomam o caminho mais conveniente da semilealdade, tolerando ou justificando extremistas antidemocráticos, estes se fortalecem, e uma democracia aparentemente sólida pode desabar sobre si mesma”, concluem.

Flávio Dino libera volta de emendas, com exigências

Medida foi anunciada após novas regras serem sancionadas

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Uma semana após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionar a lei complementar 210/2024, que trata da proposição e execução de emendas parlamentares na Lei Orçamentária Anual (LOA), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino liberou, nesta segunda-feira (2), a retomada do pagamento das emendas. As medidas estavam suspensas desde agosto. Após liberar as emendas, ele convocou uma sessão virtual extraordinária no Supremo para os demais ministros avaliarem sua decisão. A Corte tem até às 23h59 desta terça-feira (3) para analisar a decisão. Mas à noite já havia maioria em favor de Dino.

O magistrado liberou o pagamento das emendas, desde que sejam atendidas as novas regras constitucionais relativas à transparência, rastreabilidade e ao controle público. Dentre as mudanças exigidas por Dino, os gastos com as emendas não poderão crescer mais do que as despesas não obrigatórias do poder Executivo, o limite do arcabouço fiscal ou a variação da receita líquida.

Além disso, no caso das emendas de comissão, o ministro considerou necessária a identificação nominal do parlamentar ou instituição que a sugerir ou ainda indicação da emenda à bancada, a fim de que todo o processo orçamentário esteja devidamente documentado.

Pix

Já para as emendas de transferência especial (nomeadas emendas Pix), o ministro Flávio Dino exigiu que, a partir de 2025, a liberação somente



Decisão de Dino já tem maioria no STF para ser mantida

poderá ser feita com a devida apresentação de um plano de trabalho prévio e em contas específicas. Para as emendas dos exercícios anteriores, foi concedido prazo de 60 dias para sanar o requisito de apresentação de plano de trabalho. Caso não seja apresentado o plano, o pagamento deverá ser suspenso novamente.

Todas essas medidas valem até que a Suprema Corte julgue em definitivo as ações que lá tramitam. Portanto, à priori, fica obrigatória a indicação do autor e do beneficiário final dos recursos no Portal da Transparência, além da separação entre o relator do orçamento e autor das emendas. Dino ainda reiterou que a aferição da transparência, por parte do Executivo, precisa ocorrer antes da transferência dos recursos, o que terá de ser analisado caso a caso.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 no Congresso,

classificou como “importante” a liberação das emendas parlamentares pelo ministro Flávio Dino. Ele ainda lembrou que o caso se trata de uma decisão ainda da então ministra da Suprema Corte, Rosa Weber, que julgou o chamado orçamento secreto inconstitucional antes de se aposentar do cargo.

“É uma ação ainda sobre o comando da ministra Rosa Weber, mas com isso acho que acalma o Parlamento. Vamos ter regras mais cristalinas para serem aplicadas a partir de 2025, com o Orçamento novo que nós estamos sendo relatores gerais”, destacou.

“O importante é isso: manter a harmonia e a independência entre os poderes”, completou Coronel.

Orçamento

Com a definição das novas regras referentes às emendas parlamentares, o Congresso Nacional se apressa para tentar aprovar a projeto de Lei

Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 antes do recesso parlamentar, inicialmente agendado para começar no dia 23 de dezembro.

Segundo o calendário aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), proposto por seu presidente, deputado Julio Arcoverde (PP-PI), a comissão tem até as 18h desta quarta-feira (4) para receber as preposições do orçamento. Enquanto isso, nesta terça e quarta-feira, as comissões permanentes do Senado se reunirão para definir as emendas que serão apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025.

A votação do relatório final da PLOA 2025 na CMO está prevista para o dia 12 de dezembro (quinta-feira da próxima semana) e deve seguir para o Plenário do Congresso Nacional em 13 de dezembro. Na última quarta-feira (27), os parlamentares apenas leram o relatório do projeto.

CCJ deve votar relatório da tributária na próxima semana

Pedro França/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Diante da ampla margem de projetos e medidas vistas com urgência no Congresso – como a votação do Orçamento 2025 e a votação do projeto de lei complementar que trata da dívida dos estados e do Distrito Federal com a União – a votação do primeiro projeto que trata da regulamentação da reforma tributária (PLP 68/2024) pode ficar para depois.

Na última semana, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal terminou as 13 audiências públicas para tratar do tema. Nada sobre a regulamentação da reforma tributária consta na agenda da CCJ desta semana.

Todavia, apesar de não estar pautada, há expectativas de que o relator da medida, senador Eduardo Braga (MDB-AM), leia o relatório final do texto na comissão nesta quarta-feira (4), mas a votação aconteça na próxima semana.

Braga, queria primeiro apresentar o texto ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar sobre o tema. A expectativa é que eles se encontrem nesta terça-feira (3) para discutir as mudanças. Após apresentar o parecer, o relator e o poder Executivo esperam a aprovação do texto na reunião da CCJ no próximo dia 12. As



Braga pretende ler relatório da tributária na quarta-feira

informações são da Folha de São Paulo. Após a aprovação na CCJ do Senado, o texto segue para votação no plenário da Casa.

Caso o plenário do Senado aprove a medida no mesmo dia ou no dia seguinte, os parlamentares cumprirão com a previsão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em aprovar o texto antes do recesso parlamentar, previsto para 22 de dezembro. “Reforma tributária e pacote de gastos são prioridades que o Senado vai cuidar até o recesso. Fiz um apelo aos líderes para que pudessemos fazer um esforço concentrado”, reforçou Pacheco em

entrevista coletiva, na última semana.

Mudanças

Ao ser aprovado no Senado, o texto substitutivo de Eduardo Braga voltará para a Câmara dos Deputados. A previsão é que o relatório dele tenha uma série de alterações do texto que chegou da Câmara. O relatório substitutivo final considerará as audiências na CCJ, mais de mil sugestões de emendas e as audiências públicas realizadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que debateu o texto antes de oficializar Braga como relator da medida.

Dentre algumas mudanças que foram discutidas nas audiências da CCJ, está prevista uma redução no número de exceções na reforma, o que preocupa parte do setor produtivo, que teme aumento da carga de tributos. Além disso, a carne vermelha deve ser retirada da cesta básica de alíquota zero e ser enquadrada na cesta básica que reduz 60% da alíquota base do IVA, atualmente prevista para 27,5%.

Os projetos

Mesmo sem nem ter aprovado o primeiro projeto, o segundo projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024) deve ser tratado como outra prioridade para o Senado. A Câmara já aprovou o projeto.

O PLP 68 institui os novos impostos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços), que vão compor o IVA dual (Imposto sobre Valor Agregado), e o Imposto Seletivo (IS) que será uma alíquota bem mais elevada voltada para produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Já o PLP 108 cria as regras para a gestão, cobrança e distribuição do IBS entre União, estados e municípios, com a criação de um comitê que irá gerir todas essas questões.